



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

- REQUERIMENTO Número /x/ .ª)
- PERGUNTA Número 39301x/ / .ª)

Assunto: Iniciativa Emprego 2010

Destinatário: Exma. Senhora Ministra do Trabalho e da Solidariedade Social

Expeça-se

Publique-se

02' 07' 40

O Secretário da Mesa

Ex.^{mo} Sr. Presidente da Assembleia da República

O País e o povo português encontram-se confrontados com uma gravíssima crise económica e social, que tem obrigado à adopção de medidas restritivas e de contenção da despesa e que se impõe que sejam assumidas por todos os serviços públicos e não só por alguns.

O desemprego é hoje amplamente reconhecido como um verdadeiro flagelo que afecta cerca de 600 mil cidadãos, exigindo que o Governo implemente as medidas públicas de emprego com grande eficiência e eficácia.

O Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I.P. é um serviço público cuja missão, face à actual conjuntura económica e social em que o país se encontra, se reveste da maior relevância para todos os portugueses, mas em particular para aqueles que se encontram na situação de desempregados à procura do 1.º emprego ou de um novo emprego.

É neste contexto de elevada exigência na prestação de respostas urgentes ao elevado número de trabalhadores desempregados inscritos nos Centros de Emprego, que entendemos que o Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P. deve promover uma cultura de rigor, transparência e mobilizadora de todos os seus colaboradores directos para os relevantes desígnios que se lhes colocam.

Pelo exposto, consideramos da maior relevância a promoção de formação profissional para os funcionários do I.E.F.P., I.P., dotando-os de novas competências que lhes permita prestar um serviço a todos os utentes do Serviço Público de Emprego com elevada qualidade.

Por isso, não nos opomos à realização das acções de formação necessárias à persecução destes objectivos, o que se impõe avaliar é se a sua realização se tem pautado pela transparência, rigor e sobriedade na aplicação dos dinheiros públicos.

Assim, e ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis venho requerer através de V. Ex., à Ministra do Trabalho e da Solidariedade Social que sejam respondidas as seguintes perguntas:

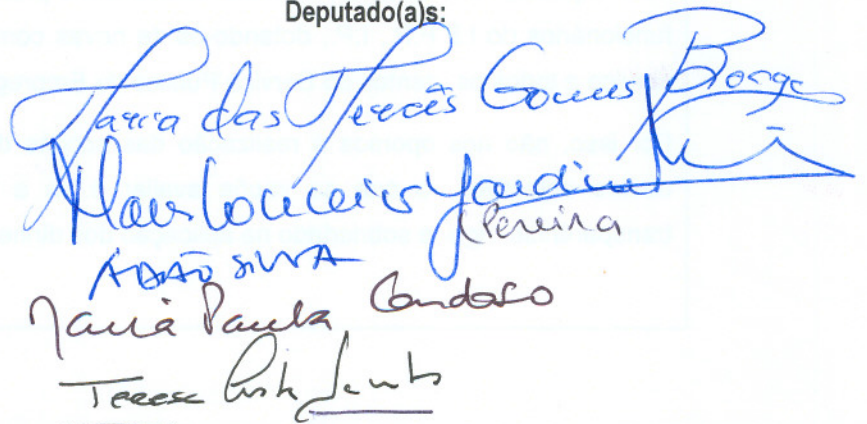
- Quantas acções de formação interna foram, até ao presente momento, realizadas pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P. e quantas pretendem vir a realizar, no ano de 2010?
- Destas acções quantas se realizaram ou vão realizar em instalações alugadas para esse fim?
- Quais os objectivos e respectivos conteúdos dessas acções de formação interna?
- Das acções de formação interna já realizadas, quantos formandos (funcionários do IEFP) foram abrangidos e qual foi o custo/hora/formando por acção?
- Quais os critérios objectivos que presidiram à escolha dos hotéis onde no corrente ano se têm vindo a realizar as acções de formação interna promovidas pelo Instituto de Emprego e Formação profissional, I.P., designadamente, o Hotel Altis, em Lisboa e o Hotel Golf Mar, no Vimeiro?
- Qual o valor total pago ao hotel, por acção, discriminando o custo com o aluguer de salas, alojamento, alimentação e outros encargos?
- Qual o valor/hora pago aos formadores das referidas acções?

Palácio de São Bento, 29 de Junho de 2010.

(Anselmo Santos)



Deputado(a)s:



Tereza das Neves Gomes Borges
Maria Luísa Jardim Pereira
Ana Silva
Paula Paula Cardoso
Teresa Ash Leites